



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Gabinete da Desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti

Decisão Monocrática

REMESSA OFICIAL nº 0000054-89.2015.815.0181 – Guarabira
RELATORA : Des.^a Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
AUTOR : Maria das Graças Araújo
ADVOGADO : Antônio Teotônio de Assunção
RÉU : Município de Guarabira
ADVOGADO : Jader Soares Pimentel
REMETENTE : Juízo de Direito da 5ª Vara Mista da Comarca Guarabira

REMESSA OFICIAL – AÇÃO DE COBRANÇA – VERBA SALARIAL – ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIOS) – PREVISÃO LEGAL – DIREITO DO SERVIDOR – AUSÊNCIA DE PROVA DO PAGAMENTO – ÔNUS DO RÉU – ART. 333. II DO CPC – PRECEDENTES – APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT, DO CPC E DA SÚMULA 253 DO STJ – SEGUIMENTO NEGADO.

Em se tratando de ação de cobrança de verbas salariais, compete ao autor provar a existência do vínculo trabalhista com a edilidade promovida; se esta aduz ter pago a dívida cobrada, deve provar o alegado, por se tratar de fato extintivo do direito perseguido (art. 333, II, CPC). Restando demonstrado o vínculo e inexistindo provas desse pagamento, deve o promovido ser compelido ao adimplemento das verbas salariais cobradas.

Vistos etc.

Trata-se de **Remessa Oficial** de sentença (fls. 39/42) prolatada pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Mista da Comarca de Guarabira, nos autos da Ação de Cobrança ajuizada por Maria das Graças Araújo contra o Município de Guarabira.

Na sentença vergastada o pedido foi julgado parcialmente procedente para determinar a implantação do adicional por tempo de serviço, com base no vencimento básico do cargo então exercido, bem como condenar o réu no pagamento dos valores relativos aos quinquênios até a sua implantação, observada a prescrição quinquenal.

Recurso voluntário não recebido face a intempestividade, os autos foram remetidos para apreciação do recurso oficial, fls. 50.

Parecer do Ministério Público opinando pelo provimento parcial do reexame necessário para ajuste dos consectários legais, fls. 57/60.

É o relatório.

Decido.

Assevero, de logo, que deve ser mantida a condenação imposta em primeiro grau.

Conforme entendimento consolidado na jurisprudência, em se tratando de ação de cobrança de verbas salariais, compete ao autor provar a existência do vínculo trabalhista com a edilidade promovida. Se esta aduz ter pago a dívida cobrada, deve provar o alegado, por se tratar de fato extintivo do direito perseguido (art. 333, II, CPC).

In casu, a existência do vínculo funcional entre a parte autora e a edilidade resta comprovada por meio dos documentos de fls. 10/21. Logo, caberia ao réu comprovar que realizou o pagamento das verbas que a demandante reputa inadimplentes, por ser o salário uma garantia constitucional assegurada a todo trabalhador.

No que tange à verba pleiteada na presente demanda (quinquênios), o art. 51, XVI, da Lei Orgânica do Município de Guarabira estabelece que os servidores municipais terão direito ao adicional por tempo de serviço, automaticamente, desde que preenchido o período determinado, *in verbis*:

Art. 51. São direitos dos servidores públicos: XVI – o adicional por tempo de serviço será pago a todos os servidores, na forma da lei, automaticamente pelos sete quinquênios em que se desdobrar a razão de cinco por cento (5%) pelo primeiro; sete por cento (7%) pelo segundo; nove por cento (9%) pelo terceiro; onze por cento (11%) pelo quarto; treze por cento (13%) pelo quinto; quinze por cento (15%) pelo sexto e dezessete por cento (17%) pelo sétimo, sendo este direito extensivo ao funcionário investido em mandato Legislativo.

Ressalte-se que a edilidade não contesta o dever de implantação da verba pleiteada, informando apenas que o requerido adicional estaria sendo pago na forma legalmente prevista, conforme demonstrado nas fichas financeiras do(a) servidor(a).

Entretanto, compulsando o caderno processual, verifica-se que as

fichas financeiras acostadas pelo Município refutam frontalmente suas alegações, porquanto nelas se visualiza que a remuneração da parte autora apresenta apenas parcela fixa do salário-base, sem qualquer percepção de variáveis a título do referido adicional.

Com efeito, restando comprovado o inadimplemento da verba salarial a que faz jus a parte autora, deve o município ser compelido a quitar a obrigação, respeitada a prescrição quinquenal, pelo que deve ser mantida a condenação sentencial, em consonância com os precedentes desta Corte:

REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. SALÁRIOS RETIDOS. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. ÔNUS DA EDILIDADE. ART. 333, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PAGAMENTO. POSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO DA REMESSA NECESSÁRIA E DA SEGUNDA APELAÇÃO. (...) DECISÃO MONOCRÁTICA. HIPÓTESE DO ART. 557, CAPUT, DO CPC. NÃO CONHECIMENTO DO PRIMEIRO APELO.

(...) - É direito líquido e certo de todo servidor público, ativo ou inativo, perceber seus proventos pelo exercício do cargo desempenhado, nos termos do artigo 7º, X, da Carta Magna, considerando ato abusivo e ilegal qualquer tipo de retenção injustificada. - O Ente Público que, arbitrariamente, deixa de pagar os salários dos seus servidores é obrigado a fazê-lo, evitando prejuízos irreparáveis àqueles, por se tratar de verba de natureza alimentar. - Em Ação de Cobrança, é ônus do Município comprovar o pagamento das verbas salariais. Não havendo essa comprovação, impõe-se a condenação do Ente Público, como na espécie"¹.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. SALÁRIOS RETIDOS. NÃO COMPROVAÇÃO DO ADIMPLEMENTO. ÔNUS PROBATÓRIO DO MUNICÍPIO. ART. 333, II, DO CPC. NÃO DESINCUMBÊNCIA. PAGAMENTO DEVIDO. PRECEDENTE DESTA EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. ART. 557 DO CPC. SEGUIMENTO NEGADO. - Qualquer exercício de força de trabalho empregado por trabalhador urbano ou rural, celetista ou estatutário, deve ser remunerado, sob pena de enriquecimento sem causa da Edilidade. - Em processo envolvendo questão de retenção de salários cabe a Edilidade comprovar que fez o pagamento, pois, ao reverso, subtende-se que não o efetuou na forma devida. - O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou

¹ TJPB, ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00001414920138150461, Relator DES LEANDRO DOS SANTOS, j. em 23-10-2014, DJPB 24-10-2014.

com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior. (Art. 557, CPC).²

A matéria foi objeto de inúmeras decisões desta Corte de Justiça, restando sedimentado o entendimento exarado no comando sentencial, senão vejamos:

REMESSA OFICIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. VERBAS SALARIAIS. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIO. ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO LOCAL. NÃO COMPROVAÇÃO. ÔNUS DA EDILIDADE. ART. 333, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRECEDENTES DESTA CORTE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT, DO DIPLOMA PROCESSUAL JÁ REFERIDO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO. - Levando-se em conta que a alegação de pagamento de verbas trabalhistas representa fato extintivo de direito, compete ao empregador produzir provas capazes de elidir a presunção de veracidade existente em favor dos servidores, que buscam o recebimento das verbas salariais não pagas. Inteligência do art. 333, II do Código de Processo Civil. - Não logrando êxito, a municipalidade, em comprovar a sua adimplência, é de se considerar devido o pagamento da verba salarial a que faz jus o servidor. Precedentes desta Corte de Justiça.³

REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER – TERÇO DE FÉRIAS, QUINQUÊNIOS E INSALUBRIDADE – PROCEDÊNCIA PARCIAL – IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO INDEFERIMENTO DAS PARCELAS RETROATIVAS DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE – INVIABILIDADE – TERÇO DE FÉRIAS – PERCEPÇÃO INDEPENDENTE DA COMPROVAÇÃO DE GOZO – ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO – APLICABILIDADE DO ART. 51, XVI DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA – DESPROVIMENTO DE AMBOS OS RECURSOS. (...) - “O adicional por tempo de serviço previsto na Lei Orgânica, é aplicado em relação ao tempo total de serviço e de forma automática, aos servidores dos quadros da administração pública, sendo, portanto, diferente da progressão funcional, que diz respeito ao tempo de atividade do servidor em determinada carreira. Dessa forma, diante das considerações acima ilustradas, deve ser assegurado à

2 TJPB, ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00013800820118150381, Relator DESA. MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES, j. em 13-10-2014, DJPB 15-10-2014.

3 TJPB, ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00009982820148150181, decisão monocrática, Relator DES JOSÉ RICARDO PORTO, j. em 01-09-2015, DJPB 03-09-2015.

demandante (recorrida) a percepção dos quinquênios no percentual estabelecido no art. 51, XVI da Lei Orgânica Municipal, bem assim os valores pretéritos ao ajuizamento da ação em comento, nos exatos termos do que decidiu o magistrado a quo.⁴

Portanto, considerando que o pedido da parte autora tem respaldo na Lei Orgânica Municipal é devida a implantação do adicional no vencimento básico, bem como o pagamento dos valores pretéritos, respeitada a prescrição quinquenal, ou seja, o marco inicial a propositura da ação.

Ao mais, os juros e correção monetária prescindem de ajuste, eis que de acordo com a decisão do STF na ADI 4425 QO.

Com estas considerações, aciono o dispositivo constante no art. 557 do CPC e nego seguimento a remessa oficial para manter a sentença por seus próprios fundamentos.

P. I.

João Pessoa, 18 de agosto de 2016.

Des.^a Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
RELATORA

G/4

4 TJPB, ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00035113720128150181, 3ª Câmara Especializada Cível, Relator Juiz José Guedes Cavalcanti Neto, convocado em substituição ao DES. SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES, j. em 25-08-2015)